



§ 0.25

# JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

## Número Extraordinário

### SUMÁRIO

MINISTRO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE  
MINISTROS:

Declaração de Retificação N.º 17/2021 ..... 1

ANEXO  
(REPUBLICAÇÃO)

Resolução do Governo N.º 80/2021

de 16 de junho

**Primeira alteração à Resolução do Governo n.º 72/2021,  
de 31 de maio, que mantém a imposição de uma cerca  
sanitária no município de Díli**

### DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 17/2021

Para os devidos efeitos se declara que a Resolução do Governo n.º 80/2021, de 16 de junho, publicado no *Jornal da República*, Série I, n.º 25-A, de 16 de junho de 2021, que aprova a primeira alteração à Resolução do Governo n.º 72/2021, de 31 de maio, que mantém a imposição de uma cerca sanitária no município de Díli, saiu com as seguintes incorreções, que a seguir se retificam:

Nos n.ºs 3 e 5 da Resolução do Governo n.º 72/2021, de 31 de maio, na redação dada pelo n.º 1 da Resolução do Governo n.º 80/2021, de 16 de junho, assim como nos n.ºs 3 e 5 da Resolução do Governo n.º 72/2021, de 31 de maio, na versão republicada em anexo à Resolução do Governo n.º 80/2021, de 16 de junho, onde se lê “Baucau” deve passar a ler-se “Díli”.

O texto do diploma retificado é republicado na íntegra em anexo à presente declaração.

Presidência do Conselho de Ministros, 17 de junho de 2021.

O Diretor-Geral,

**Pedro Mário Exposto Feno**

Considerando que, através da Resolução do Governo n.º 72/2021, de 31 de maio, se manteve a imposição de uma cerca sanitária no município de Díli.

Considerando a gravidade da situação epidémica no território nacional e, em particular, o número de diagnósticos de COVID-19 no município de Díli;

Considerando que face ao número de diagnósticos de COVID-19 no município de Díli se mantém a necessidade de acautelar o risco crescente de propagação daquela doença;

Considerando que a interrupção ou forte condicionamento da circulação de pessoas e bens entre circunscrições administrativas do território nacional reduz as oportunidades de transmissão do SARS-CoV-2 às populações residentes noutras áreas do território nacional e, por conseguinte, o surgimento de novos surtos de COVID-19 em vários pontos do território nacional;

Considerando que, face à situação de calamidade pública, provocada pela pandemia de COVID-19, o Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, declarou o estado de emergência para vigorar entre as 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021 e as 23:59 horas do dia 1 de julho de 2021;

Considerando que a alínea b) do artigo 4.º do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, determina que fica parcialmente suspenso o exercício do direito à liberdade e da liberdade de circulação e de fixação de residência em qualquer ponto do território nacional, podendo ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo o

distanciamento social, a quarentena de suspeitos de infeção, o isolamento de doentes ou suspeitos de estarem doentes, o confinamento domiciliário e a imposição de cercas sanitárias;

Considerando que a alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República incumbe o Governo de praticar os atos e tomar as providências necessárias ao desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades da comunidade timorense;

O Governo resolve, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República e da alínea b) do artigo 4.º do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, o seguinte:

1. Os números 2, 3, 5, 8 alíneas b) e c) e 13 da Resolução do Governo n.º 72/2021, de 31 de maio, passam a ter seguinte redação:

“ 2. Não estão abrangidos pela interdição de circulação prevista no número anterior os indivíduos que comprovem vacinação completa contra a SARS-Cov-2/COVID-19, bem como os menores de 6 anos que os acompanhem;

3. O Primeiro-Ministro pode autorizar excecionalmente a circulação de pessoas, entre o município de Díli e as demais circunscrições administrativas em casos devidamente fundamentados por razões de segurança pública, saúde pública, assistência humanitária, manutenção dos sistemas de abastecimento público ou de realização do interesse público, após a obtenção de resultado negativo em teste de deteção de SARS-Cov-2/COVID-19;

5. Os pedidos de circulação entre o município de Díli e as demais circunscrições administrativas são dirigidos pelos interessados ao Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, sendo preferencialmente apresentados através do endereço de correio eletrónico [centrointegradogestaodecrises@gmail.com](mailto:centrointegradogestaodecrises@gmail.com), sem prejuízo da sua possível apresentação presencial ao representante do Centro Integrado de Gestão de Crises nos centros de Controlo Integrado, que os decidirá se dispuser de competências subdelegadas para o efeito ou os remeterá para aquele endereço eletrónico;

8. b) Com equipas de funcionários, agentes ou trabalhadores da administração pública nomeados pelo Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises e pelos Ministros do Interior, da Saúde, Administração Estatal e Agricultura e Pescas que informam o Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises acerca da identidade e contactos daqueles;

c) Sob a coordenação do Comandante Operacional da Sala de Situação do Centro Integrado de Gestão de Crises que pode delegar, com faculdade de subdelegação, esta competência no 2.º Comandante Operacional.

13. A presente Resolução do Governo caduca às 23:59 horas do dia 23 de junho de 2021”.

2. A Resolução do Governo n.º 72/2021, de 31 de maio, é

republicada em anexo que é parte integrante da presente Resolução do Governo.

3. A presente Resolução do Governo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 16 de junho de 2021.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

**Taur Matan Ruak**

**ANEXO**

(a que se refere o n.º 2)

**Resolução do Governo n.º 72/2021**

**de 31 de maio**

**Mantém a imposição de uma cerca sanitária no município de Díli**

Considerando que, através da Resolução do Governo n.º 72/2021, de 31 de maio, foi mantida a imposição de uma cerca sanitária no município de Díli;

Considerando o agravamento da evolução da situação epidémica no território nacional e, em particular, o número de diagnósticos de COVID-19 no município de Díli;

Considerando que face ao número de diagnósticos de COVID-19 no município de Díli se intensificou a necessidade de acautelar o risco crescente de propagação daquela doença para o restante território;

Considerando que a interrupção ou forte condicionamento da circulação de pessoas e bens entre circunscrições administrativas do território nacional reduz as oportunidades de transmissão do SARS-CoV-2 às populações residentes noutras áreas do território nacional e, por conseguinte, o surgimento de novos surtos de COVID-19 em vários pontos do território nacional;

Considerando que, face à situação de calamidade pública, provocada pela pandemia de COVID-19, o Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, declarou o estado de emergência para vigorar entre as 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021 e as 23:59 horas do dia 1 de julho de 2021;

Considerando que a alínea b) do artigo 4.º do Decreto do

Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, determina que fica parcialmente suspenso o exercício do direito à liberdade e da liberdade de circulação e de fixação de residência em qualquer ponto do território nacional, podendo ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo o distanciamento social, a quarentena de suspeitos de infeção, o isolamento de doentes ou suspeitos de estarem doentes, o confinamento domiciliário e a imposição de cercas sanitárias;

Considerando que a alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República incumbe o Governo de praticar os atos e tomar as providências necessárias ao desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades da comunidade timorense;

O Governo resolve, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República e da alínea b) do artigo 4.º do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, o seguinte:

1. Mantém-se a imposição de uma cerca sanitária no município de Díli, interditando-se a circulação de pessoas entre este município e as demais circunscrições administrativas, sem prejuízo das exceções previstas no número seguinte;
2. Não estão abrangidos pela interdição de circulação prevista no número anterior os indivíduos que comprovem vacinação completa contra a SARS-Cov-2/COVID-19, bem como os menores de 6 anos que os acompanhem;
3. O Primeiro-Ministro pode autorizar exceionalmente a circulação de pessoas, entre o município de Díli e as demais circunscrições administrativas em casos devidamente fundamentados por razões de segurança pública, saúde pública, assistência humanitária, manutenção dos sistemas de abastecimento público ou de realização do interesse público, após a obtenção de resultado negativo em teste de deteção de SARS-Cov-2/COVID-19;
4. O Primeiro-Ministro pode delegar, com faculdade de subdelegação, no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises a competência prevista no número anterior;
5. Os pedidos de circulação entre o município de Díli e as demais circunscrições administrativas são dirigidos pelos interessados ao Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, sendo preferencialmente apresentados através do endereço de correio eletrónico [centrointegradogestaodecrises@gmail.com](mailto:centrointegradogestaodecrises@gmail.com), sem prejuízo da sua possível apresentação presencial ao representante do Centro Integrado de Gestão de Crises nos centros de Controlo Integrado, que os decidirá se dispuser de competências subdelegadas para o efeito ou os remeterá para aquele endereço eletrónico;
6. As autorizações de circulação entre o município de Díli e as demais circunscrições administrativas que sejam exceionalmente concedidas são prestadas por escrito, identificam a pessoa autorizada a sair ou entrar da/na área do município de Díli, com identificação da chapa de

matrícula do veículo que irá efetuar a deslocação, a data e os motivos da deslocação e a origem ou destino desta;

7. As pessoas que exceionalmente sejam autorizadas a entrar ou a sair do município de Díli, assim como os bens essenciais e não essenciais estão obrigados a transitar através de um dos seguintes centros de controlo integrado:
  - a) Centro de Controlo Integrado de Leste, a estabelecer entre Manatuto e Metinaro;
  - b) Centro de Controlo Integrado do Centro, a estabelecer em Laulara;
  - c) Centro de Controlo Integrado do Oeste, a estabelecer entre Tibar e Tasitolu;
  - d) Centro de Controlo Integrado Marítimo, a estabelecer no porto de Díli para as entradas ou a saídas do município de Díli que se realize com recurso a meio de transporte marítimo;
  - e) Centro de Controlo Integrado Aéreo, a estabelecer no Aeroporto Internacional Nicolau Lobato para as entradas ou saídas do município de Díli que se realize com recurso a meio de transporte aéreo;
8. Os centros de controlo integrado referidos no número anterior:
  - a) Funcionam às segundas, quartas e sextas-feiras, entre as 06:00 horas e as 16:00 horas;
  - b) Com equipas de funcionários, agentes ou trabalhadores da administração pública nomeados pelo Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises e pelos Ministros do Interior, da Saúde, Administração Estatal e Agricultura e Pescas que informam o Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises acerca da identidade e contactos daqueles;
  - c) Sob a coordenação do Comandante Operacional da Sala de Situação do Centro Integrado de Gestão de Crises que pode delegar, com faculdade de subdelegação, esta competência no 2.º Comandante Operacional.
9. Além do cumprimento do disposto nos n.ºs 7 e 8, a circulação de bens entre o município de Díli e as demais circunscrições administrativas, por via terrestre, está sujeita ainda às seguintes regras:
  - a) O condutor e demais tripulação de veículo que transportar bens destinados ao município de Díli e que tenham origem noutras circunscrições administrativas cessam a sua atividade nos centros de controlo integrado, sendo substituídos por outro condutor ou tripulação distintos que assegurarão a continuação do transporte no interior da área do município de Díli;
  - b) O condutor e demais tripulação de veículo que transportar bens destinados a outras circunscrições administrativas e que tenham origem no município de

Díli cessam a sua atividade nos centros de controlo integrado, sendo substituídos por outro condutor ou tripulação distintos que assegurarão a continuação do transporte fora da área do município de Díli;

- c) Antes de se realizarem as substituições de condutores e tripulações a que se referem as alíneas anteriores, as equipas dos centros de controlo integrado procedem à higienização do interior das cabines dos veículos terrestres de transporte de mercadorias nas quais devam permanecer o condutor e demais tripulação destes, em conformidade com as normas que para o efeito sejam aprovadas por diploma ministerial da Ministra da Saúde;
10. Nos casos em que a circulação de bens se realize através de meio de transporte marítimo ou aéreo, as tripulações destes devem permanecer no interior da respetiva embarcação ou aeronave ou, quando tal não se afigure possível, não devem ausentar-se das designadas zonas internacionais do porto ou do aeroporto, devem manter as cavidades bucal e nasal cobertas por máscara e uma distância de, pelo menos, um metro relativamente a quaisquer outros indivíduos;
11. Sempre que possível, face à sua natureza não perecível, os bens que circulem entre Díli e as demais circunscrições administrativas ou que provenham do estrangeiro estão sujeitos a um período de armazenamento em local sujeito às regras de higienização que sejam aprovadas por diploma ministerial da Ministra da Saúde, antes de serem distribuídos através de comércio retalhista;
12. A Polícia Nacional de Timor-Leste deve intensificar as operações de controlo do cumprimento das medidas previstas na presente Resolução do Governo;
13. A presente Resolução do Governo caduca às 23:59 horas do dia 23 de junho de 2021;
14. A presente Resolução do Governo produz efeitos às 00:00 do dia 17 de junho de 2021.

Aprovada em Conselho de Ministros em 31 de maio de 2021.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

---

**Taur Matan Ruak**